

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS A. C. SIMÕES
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – FSSO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

ALINE DA SILVA SANTOS

**O SERVIÇO SOCIAL DIANTE DA PRECARIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS
NA CONTEMPORANEIDADE**

Maceió-AL

2024

ALINE DA SILVA SANTOS

**O SERVIÇO SOCIAL DIANTE DA PRECARIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA
CONTEMPORANEIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso
submetido à banca examinadora do curso
de Serviço Social da Universidade Federal
de Alagoas como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social.

Orientador: Profa. Dra. Milena da Silva
Santos

Maceió-AL

2024

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

S237s Santos, Aline da Silva.

O serviço social diante da precarização das políticas sociais na contemporaneidade / Aline da Silva Santos. – 2024.

38 f.

Orientadora: Milena da Silva Santos.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 36-38.

1. Serviço social. 2. Políticas sociais públicas – Brasil. 3. Precarização.
I. Título.

CDU: 364



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**



**Folha de Aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas /UFAL**

Documento assinado digitalmente
gov.br **ALINE DA SILVA SANTOS**
Data: 13/09/2024 15:28:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DISCENTE: Aline da Silva Santos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 31 de julho de 2024

**Título: O SERVIÇO SOCIAL DIANTE DA PRECARIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS
NA CONTEMPORANEIDADE.**

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
gov.br **MILENA DA SILVA SANTOS**
Data: 23/08/2024 13:44:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professora Dra. Milena da Silva Santos (orientadora)

Documento assinado digitalmente
gov.br **ELVIRA SIMÕES BARRETTO**
Data: 27/08/2024 20:00:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professora Dra. Elvira Simões Barretto

Documento assinado digitalmente
gov.br **FRANCISCA SILVA DOS SANTOS**
Data: 23/08/2024 14:12:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Francisca Silva dos Santos

Dedico esse projeto a todas as pessoas com deficiência e/ou neurodivergentes que, assim como eu, buscam romper as barreiras que são impostas todos os dias.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à pequena Aline que um dia sonhou em ser professora de História e ouviu que: “tem que estudar bastante porque precisa de um papel que diz professora de história”. Vimos outro jeito de contar a história que você tanto ama, tão fascinante quanto, eu garanto. Que seu encanto pela vida nunca me abandone para que eu possa realizar cada um dos seus sonhos.

Agradeço a minha mãe e irmã que, dentro das suas possibilidades e da realidade desafiadora que vivenciamos, me incentivam todos os dias.

Aos meus médicos que me acompanham ao longo da vida, e que foram – e são – cruciais para que eu chegasse até aqui e para que possa superar as próximas etapas. Que além de tudo, nunca me consideraram como “mais um” e sim como alguém com capacidades extraordinárias, que pode vencer qualquer obstáculo que me for colocado.

Agradeço aos meus professores que me viam além da paralisia cerebral e da dislexia laudada durante o processo de construção dessa pesquisa. Que não me deixaram desanimar, percebendo potencial em mim e me motivaram a persistir apesar das minhas demandas específicas durante a graduação.

Assim como acredita o educador Paulo Freire, para o qual a educação deve ser uma ferramenta de transformação social, capaz de contribuir para a superação das desigualdades e da opressão. Vocês têm parte significativa na construção constante desta pessoa que tem profunda admiração, carinho e respeito por todos. Não só mostrando que o ensino pode ser respeitoso e também uma atuação profissional na mesma direção é possível ainda que haja limites rígidos.

Meus colegas de turma, em especial a turma de 2017.1 Eu não teria chegado até aqui sem eles. E tantos outros com quem pude compartilhar conhecimentos.

Aos profissionais que fazem com que o dia a dia da universidade aconteça da melhor forma possível em todos os setores. Sou muito feliz em saber que esse caminho não foi feito só por mim, foi um processo coletivo de transformação da realidade muito bonito. Nós conseguimos!!!!

Quero dizer ainda que todos nós somos capazes de grandes coisas só precisamos de incentivo adequado para desenvolver as nossas potencialidades como seres humanos.

*Para todo e qualquer estudante eu digo: tenham o entusiasmo
de um calouro e a perseverança de um veterano*

Aline Santos

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso trata do serviço social e da precarização das políticas sociais brasileiras na contemporaneidade. Tem como objetivo principal evidenciar os processos que resultaram nas mudanças de acesso das políticas sociais e como isso impacta na atuação do assistente social. Para tanto, utilizou da metodologia de análise bibliográfica e documental. Aborda o percurso histórico das políticas sociais e a atuação do serviço social na contemporaneidade. Por fim, identifica que no contexto neoliberal, as políticas sociais estão precarizadas, diante do menor financiamento e redução das condições de acesso. Diante disso, o serviço social se depara com desafios para sua atuação, pois há exigências de seletividade e focalização das ações na população mais vulnerável.

Palavras-chave: Serviço social; Política Social; Neoliberalismo.

ABSTRACT

This course conclusion work deals with social service and the precariousness of Brazilian social policies in contemporary times. Its main objective is to highlight the processes that resulted in changes in access to social policies and how this impacts the work of social workers. To this end, it used the methodology of bibliophagical and documentary analysis. It addresses the historical path of social policies and the role of social services in contemporary times. Finally, it identifies that in the neoliberal context, social policies are precarious, given less funding and reduced access conditions. In view of this, social services are faced with challenges in their performance, as there are demands for selectivity and focus of actions on the most vulnerable population.

Keywords: Social work; Social Policy; Neoliberalism

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL	14
2.1 A relação entre questão social e a política social	15
2.2 O processo de institucionalização do serviço social brasileiro	19
3. AS POLÍTICAS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE E A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL.....	24
3.1 A precarização das políticas sociais na contemporaneidade	25
3.2 O serviço social e atuação profissional no contexto de precarização das políticas sociais	29
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS.....	37

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea enfrenta desafios significativos relacionados à garantia dos direitos sociais e à redução das desigualdades. Em um mundo caracterizado por rápidas e profundas mudanças econômicas, políticas e culturais, a precarização das políticas sociais se tornou um tema de extrema importância. O serviço social, como disciplina e profissão dedicada à promoção da justiça social e ao bem-estar coletivo, desempenha um papel importante nesta jornada.

Sendo assim, a contemporaneidade nos apresenta uma série de desafios que ameaçam enfraquecer a eficácia e a amplitude dessas políticas. Fatores como a globalização, a desregulamentação econômica, o envelhecimento da população, a migração em massa e as mudanças climáticas exercem pressões significativas sobre os sistemas de bem-estar e assistência social.

Dentro deste contexto as políticas sociais representam conquistas dos trabalhadores e dos movimentos sociais, resultante das pressões e mobilizações em prol de soluções para as necessidades da sociedade, porém, é importante citar que a garantia dos direitos já conquistados requer lutas coletivas e incessantes.

A profissão de serviço social está integrada na estratégia de regulação social do Estado moderno, desempenhando um papel nessa dinâmica com uma complexidade marcante. A relação entre serviço social, o Estado e a política social é caracterizada por uma combinação de interdependência e independência, necessidade e conveniência, bem como pela expansão e redução do papel do Estado. O desenvolvimento do serviço social, tanto como profissão quanto como disciplina, ocorre em um contexto de aumento da intervenção estatal.

Nesse contexto, o serviço social emerge como uma disciplina e uma prática capazes de analisar, criticar e propor soluções para a crescente precarização das políticas sociais. Os profissionais do serviço social atuam tanto no âmbito individual como no coletivo, trabalhando para garantir que a sociedade como um todo possa colher os benefícios de políticas sociais mais justas e eficazes.

Dentro das mudanças que ocorreram nos anos mais recentes devido à intensificação dos processos de globalização, novas formas e relações estão sendo moldadas nos processos de regulação social, nas instituições e na atuação dos agentes sociais, o que altera a configuração da relação entre o Estado, o mercado e

os cidadãos. Nesse contexto dinâmico, o serviço social emerge como uma prática capaz de analisar, criticar e propor estratégias de luta para a crescente precarização das políticas sociais.

Sendo assim, o serviço social se desenvolve no contexto da modernidade, onde:

compreende-se que a profissão resulta das transformações históricas que vão se processando no estágio do capitalismo monopolista, período no qual há o aumento das contradições entre capital e trabalho, expressas no agudizamento das manifestações da questão social e no acirramento do antagonismo entre as classes (Souza, 2021, p. 163).

Isso ocorre, em particular, por meio da atuação dos profissionais em instituições e organizações e no âmbito da formação de assistentes sociais. Torna-se fundamental compreender os significados e os impactos dessas mudanças para o serviço social, especialmente quando falamos das alterações no campo da política social e à sua postura em relação a essas transformações.

É neste sentido que este trabalho tem por objetivo explorar a interseção entre a precarização das políticas sociais e a atuação do assistente social, examinando as complexas dinâmicas que moldam o contexto atual. Através de uma pesquisa bibliográfica, pretende-se fornecer uma compreensão mais clara dos desafios enfrentados pelo Serviço Social na contemporaneidade e das estratégias que podem ser adotadas para fortalecer seu papel na defesa dos direitos sociais.

Neste contexto, será realizada uma abordagem qualitativa fazendo análise crítica de obras e de estudos relevantes sobre o tema buscando compreender as dinâmicas sociais políticas e econômicas que influenciam na atuação dos assistentes sociais em um contexto de precarização das políticas sociais. A pesquisa bibliográfica permite a investigação aprofundada das relações entre precarização das políticas sociais, a prática profissional do serviço social e os desafios enfrentados pelos profissionais da área.

Além disso, a metodologia abordada inclui a elaboração de argumentos consistentes e fundamentados. A abordagem qualitativa possibilita uma reflexão aprofundada das questões levantadas no trabalho, contribuindo para a construção de conhecimento para o debate acadêmico no campo do serviço social.

Sendo assim, investigaremos como essa precarização afeta a atuação dos assistentes sociais e a promoção de uma sociedade mais justa e equitativa. A pesquisa busca compreender os desafios enfrentados pelos profissionais do serviço

social diante das políticas sociais será utilizada e como podem contribuir para o debate e ações que fortaleçam a área em meio a esse contexto desafiador.

A justificativa da pesquisa reside na relevância e na urgência de compreender os impactos da precarização dos políticos sociais no campo do serviço social considerando o papel fundamental dos assistentes sociais na promoção social e na defesa dos direitos sociais, é essencial analisar como as mudanças no cenário político e econômico afetam a prática profissional e a qualidade dos serviços prestados à população. Antes do contexto de transformações rápidas e profundas na sociedade é crucial investigar as estratégias e os desafios enfrentados pelos assistentes sociais para fortalecer seu papel em defesa dos direitos sociais e na promoção do bem estar coletivo. A pesquisa busca contribuir para reflexão e aprimoramento das práticas profissionais, além de fortalecer subsídios para formulação de políticas mais sólidas e justas em consonância com os princípios éticos do serviço social.

A fundamentação teórica abrange diversos autores e conceitos relevantes para compreensão do tema alguns dos principais referenciais teóricos utilizados incluem: autores como Iamamoto e Carvalho, onde são discutidas as origens da profissão de Serviço Social, sua relação com a questão social e seu papel na promoção da justiça social e dos direitos sociais. Além disso, será feita uma análise das políticas sociais contemporâneas à luz do neoliberalismo, com base nos autores como Elaine Behring e José Paulo Netto, permitem compreender os impactos da privatização e precarização das políticas sociais na sociedade.

Essa fundamentação teórica embasa a análise crítica sobre a precarização das políticas sociais e seus desdobramentos no campo do serviço social contribuindo para uma reflexão aprofundada sobre os desafios e as possibilidades da atuação dos assistentes sociais frente às demandas emergentes da contemporaneidade.

Sendo assim, este trabalho divide-se em 3 partes, na primeira discutiremos a relação entre questão social e política social, destacando a importância dessas políticas como instrumentos do governo para lidar com os problemas sociais decorrentes do sistema capitalista. Abordaremos também o processo de institucionalização do serviço social brasileiro, relacionando-o com as mudanças políticas e econômicas do país ao longo do tempo.

Na segunda parte, discutiremos a evolução das políticas sociais ao longo do tempo, a sua relação com os direitos sociais, com a flexibilização do trabalho, a supercapitalização¹ e a transferência de atividades do Estado para organizações privadas. Neste sentido, discutiremos a intrínseca relação entre Estado burguês e políticas sociais e como isso afeta a atuação do serviço social.

Esta pesquisa adquire relevância devido ao fato de discutir a política de assistência social, constituindo uma demanda e um desafio significativos para a categoria profissional. Ao fazê-lo, esperamos contribuir para o debate acerca da formulação de políticas sociais, ao mesmo tempo em que reforçamos a importância do serviço social na promoção de uma sociedade mais justa e equitativa.

1 Conforme aponta Mandel (1982), a supercapitalização é um procedimento resultante da movimentação de capital e da busca por ganhos na esfera da reprodução social, anteriormente ocultado pelo sistema capitalista. Representa a metamorfose do setor de serviços, incluindo os serviços sociais, em fontes de lucro ou valorização do capital que estava estagnado.

2 AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

No Brasil, desde os anos 1980, o debate em torno da profissão do assistente social e sua relação intrínseca com a política social cresceu e se aprofundou significativamente. Isso pode ser atribuído às mudanças nos sistemas de proteção social do país após o fim da ditadura militar. Durante esse período, houve uma intensa mobilização de diversos setores da sociedade civil com o objetivo de ampliar e garantir direitos em áreas fundamentais da política social, como saúde, previdência e assistência social. Paralelamente, houve um forte investimento no desenvolvimento do conhecimento relacionado à conexão entre questão social e políticas sociais (Miotto e Nogueira, 2013).

Discutir o papel das políticas sociais significa analisar as ações do Estado em relação à sua população. Esta análise não é algo novo, mas sim um campo de estudo que se dedica a compreender como o governo intervém nas questões sociais, como são tomadas as decisões políticas, quais são os direitos dos cidadãos e como são garantidos, entre outras questões.

As expectativas em relação ao papel do Estado passaram por evoluções ao longo da história, influenciadas pelo desenvolvimento das sociedades e pelas diferentes formas de governo que surgiram ao longo do tempo. Portanto, podemos afirmar que o estudo das políticas sociais é uma tarefa desafiadora, pois é um processo influenciado por diversos fatores, dependendo do contexto histórico em questão.

Sendo assim, as políticas sociais devem ser compreendidas como resultantes da dinâmica da vida social, da interação entre diversos intervenientes em diversos contextos, juntamente com suas variadas motivações e relações. Neste sentido, este capítulo discute a relação entre questão social e política social, destacando a importância dessas políticas como instrumentos do governo para lidar com os problemas sociais decorrentes do sistema capitalista. Ao longo da história, as políticas sociais surgiram como resposta às demandas da classe trabalhadora por condições de vida mais dignas.

Além disso, abordaremos o processo de institucionalização do serviço social brasileiro, relacionando-o com as mudanças políticas e econômicas do país ao longo

do tempo. Desde suas origens, o serviço social está ligado à questão social, sendo assim, a profissão evoluiu para atender às demandas do Estado e da classe trabalhadora, enfrentando desafios no contexto de políticas sociais marcadas pela abordagem neoliberal.

2.1 A relação entre questão social e a política social

Antes de iniciar a discussão, é importante conceituar o que é política social. Conforme apontam Machado e Kyosen (2000, p. 61) “[...] ciência de bem governar um povo, constituído em Estado. Em um Estado democrático, essa governabilidade é exercida pelo poder público, via representantes conduzidos ao poder, direta ou indiretamente, pelo povo”. Os governantes operam (ou deveriam) de maneira democrática, alcançando poder por meio da participação do povo. Além disso, os autores também apontam que a política social objetiva dar fundamentos para que um Estado possa cumprir as responsabilidades perante a população. Ou seja, a política social representa as ações do poder político “As políticas sociais agem sobre a ‘questão social’, fragmentando-a em suas diversas expressões e intervindo de forma imediatista nas suas consequências, e nunca sobre suas causas” (Santos, 2023, p. 5)

Porém, é importante entender que as políticas sociais são parte estruturante das estratégias das economias capitalistas. Machado e Kyosen (2000) acrescentam também que as políticas sociais são um elo intermediário entre a acumulação de capital e a manutenção das forças de trabalho que precisam ficar disponíveis para o mercado. Além disso, Vianna (2002) enfatiza que as políticas sociais precisam ser encaradas como uma consequência do processo do capitalismo.

Em termos gerais, dentro do âmbito das Ciências Sociais, a política social é considerada uma das categorias das políticas públicas. Consequentemente, ela é uma área de responsabilidade do governo, que pode implementá-la diretamente ou fiscalizá-la. Conforme aponta Behring (2006, p.1-2):

Em geral, é reconhecido que a existência de políticas sociais, é um fenômeno associado à constituição da sociedade burguesa, ou seja, do específico modo capitalista de produzir e reproduzir-se. Evidentemente que

não desde os seus primórdios, mas, quando se tem um reconhecimento da questão social inerente às relações sociais nesse modo produção, vis a vis ao momento em que os trabalhadores assumem um papel político até revolucionário.

Nesse contexto, é fundamental levar em consideração a interligação das políticas sociais com a política econômica e o embate de classes, já que elas representam processos e desfechos de relações que se forjam entre o Estado e a sociedade. Essas relações são moldadas no âmbito dos conflitos e das lutas de classes que permeiam o processo de produção e reprodução do sistema capitalista (Behring e Boschetti, 2017).

É importante ressaltar também que as políticas sociais mantêm uma conexão intrínseca com o surgimento, expansão e acumulação do capitalismo, ou seja, elas são parte da estrutura que sustenta o sistema a qual vivemos. Sendo assim, dada a supremacia política e econômica da classe burguesa na sociedade europeia do século XIX, a luta por condições de vida melhores por parte dos trabalhadores se transformou em uma luta por poder político, o que culminou na expansão dos direitos políticos como meio de alcançar os direitos sociais. Behring (2006) nos aponta que:

[...] existe um certo consenso em torno do final do século XIX como período de criação e multiplicação das primeiras legislações e medidas de proteção social, com destaque para a Alemanha e a Inglaterra, após um intenso e polêmico debate entre liberais e reformadores sociais humanistas (Behring, 2006, p. 2).

É neste ponto que Pereira (2000, p. 119) afirma que a política social “[...] tem a sua origem associada à questão social surgida na Europa no século XIX, no rastro das transformações produzidas pelo processo de industrialização”, ou seja, a questão social emerge com o “[...] o surgimento da classe operária que impôs ao mundo moderno – no curso da constituição da sociedade capitalista – um conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos” (Arcoverde, 2008, p. 111). É neste contexto que esclarecemos que a questão social e políticas sociais andaram de mãos dadas no bojo da sociedade e surgem das maneiras como o capital explora o trabalho.

No entanto, devido à sua influência como um fator que provoca reações por parte da classe dominante dentro do sistema do capitalismo monopolista, é claro que devemos aprofundar nossa compreensão dessa questão social, levando em

consideração também os aspectos específicos de sua evolução ao longo da história. Como afirma Netto (2001)

Entre os pensadores laicos, as manifestações imediatas da “questão social” (forte desigualdade, desemprego, fome, doenças, penúria, desamparo frente a conjunturas econômicas adversas, etc.) são vistas como desdobramento, na sociedade moderna (leia-se: burguesa), de características inelimináveis de toda e qualquer ordem social, que podem, no máximo, ser objeto de uma intervenção política limitada [...], capaz de amenizá-las e reduzi-las através de um ideário reformista [...]. No caso do pensamento conservador confessional, se reconhece a gravitação da “questão social” e se apela para medidas sócio-políticas para diminuir os seus gravames, insiste em que somente sua exacerbação contraria a vontade divina (é emblemática, aqui, a lição de Leão XIII, de 1891) (Netto, 2001, p. 43-44).

Isso implica em avançar além do debate genérico, que se concentra nas principais características do sistema de produção, como o conflito entre o capital e o trabalho, por exemplo. Devemos também considerar as particularidades específicas da estrutura social. Em outras palavras, para compreender a questão social, especialmente no contexto brasileiro, não é suficiente apenas identificar os conceitos essenciais do capitalismo, é necessário adicionar a esse nível de análise a singularidade dos elementos que compõem a sociedade como uma realidade social concreta, a fim de capturar suas características únicas como fatores cruciais nas manifestações da questão social. Netto (2001, p. 48-49) aponta que:

O problema teórico consiste em determinar concretamente a relação entre as expressões emergentes e as modalidades imperantes de exploração. Esta determinação, se não pode desconsiderar a forma contemporânea da ‘lei geral da acumulação capitalista’, precisa levar em conta a complexa totalidade dos sistemas de mediações em que ela se realiza. Sistemas nos quais, mesmo dado o caráter universal e mundializado daquela “lei geral”, objetivam-se particularidades culturais, geopolíticas e nacionais que, igualmente, requerem determinação concreta. [...] Em poucas palavras: a caracterização da “questão social”, em suas manifestações já conhecidas e em suas expressões novas, tem de considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais.

Behring (2006) também avalia que, convivendo com essa realidade de exploração, privações, exaustão e insatisfação, em um determinado momento histórico, os trabalhadores assumem um papel político, demandando do Estado condições de vida e trabalho mais dignas. É neste sentido que, quando pensamos a função social das políticas sociais, devemos ter em mente que ela deve visar primordialmente à redistribuição de recursos, facilitando o acesso aos serviços

sociais e de assistência como uma maneira de complementar a renda da parcela mais desfavorecida da população em países capitalistas. No entanto, essa função muitas vezes mascara as reais intenções no contexto do sistema capitalista, ao propor mecanismos institucionais que fazem parte de uma rede de solidariedade social destinada a mitigar as disparidades sociais. Essa rede visa fornecer serviços sociais àqueles que não têm os recursos necessários para adquiri-los no mercado:

As possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornam-se mais limitadas, prevalecendo o trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização, aqui compreendida como mero repasse de responsabilidades para entes da federação ou para instituições privadas e novas modalidades jurídico-institucionais correlatas, que configuram o setor público não-estatal, componente fundamental do programa de publicização (Behring, 2008, p. 249).

Essas políticas sociais desempenharam um papel importante em "apaziguar" as tensões entre os trabalhadores, que estavam profundamente insatisfeitos com as condições decorrentes do sistema de produção capitalista, o qual não atendia às necessidades da classe trabalhadora em busca de soluções para a crise social e econômica que enfrentavam.

Sendo assim, as políticas sociais se manifestam como instrumentos governamentais para a incorporação da força de trabalho na esfera do emprego, com o propósito de lidar com questões específicas relacionadas às manifestações da problemática social. Assim sendo, de acordo com Netto (2001, p. 27):

A funcionalidade essencial da política social do Estado burguês no capitalismo monopolista se expressa nos processos referentes à preservação e ao controle da força de trabalho – ocupada, mediante a regulamentação das relações capitalistas/trabalhadores; lançada no exército industrial de reserva, através do sistema de seguro social.

Desta forma, as políticas sociais não devem ser encaradas como atos de benevolência concedidos pelo Estado e pelo sistema capitalista, tampouco como resultados das mobilizações e pressões dos movimentos populares. Já que

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento — em geral setorializadas e fragmentadas — às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (Behring e Boschetti, 2017, p. 69)

Portanto, elas representam um reflexo da dinâmica de poder e das lutas que ocorrem na sociedade, sendo, portanto, concessões dos grupos predominantes que detêm o poder e desejam consolidar o controle. A natureza dessas relações está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento histórico e às estruturas do sistema capitalista.

2.2 O processo de institucionalização do serviço social brasileiro

Grande parte das escolas de Serviço Social surgem no início do século XX, sendo este período marcado por diversas movimentações não somente políticas, mas também econômicas e ideológicas, tiveram um impacto significativo em diversos campos do conhecimento e nas várias práticas sociais e profissionais (SILVA, 2022). Neste contexto, as de Serviço Social surgiram como um produto genuíno da relação entre capital e trabalho. No entanto, é crucial destacar que várias delas foram criadas em contextos ditatoriais ou pré-ditatoriais. Isso foi o que ocorreu no Brasil:

[...] no Brasil a ditadura Vargas (1937-1945) intensificava o seu poder através da concessão/conquista para a classe trabalhadora dos direitos trabalhistas e fortalecia, ao mesmo tempo, os desígnios do capital e de suas personificações, utilizando-se inclusive do caráter populista e conciliador de Vargas. [...] se gestam neste contexto de efervescência política, econômica, ideológica e ditatorial, que marcaram profundamente os contornos e os direcionamentos do agir profissional, dos sujeitos profissionais, assim como o entendimento do perfil dos usuários (Silva, 2022, p. 83).

Behring e Boschetti (2006) afirmam que, no início do século XX, no contexto da migração do campo para a cidade, a chegada dos imigrantes em território brasileiro e o grande número de ex-escravos marginalizados, forneceram ao sistema capitalista além de mão de obra barata, um enorme exército de reserva. Neste cenário, inúmeros problemas sociais, como fome e mortalidade estavam em evidência e não mais conseguiriam ser resolvidos com assistencialismo ocasional.

Iamamoto e Carvalho (2005) discutem que a institucionalização do serviço social em território Brasileiro é uma consequência do interesse capitalista na exploração da mão de obra do trabalhador. Behring e Boschetti (2006) complementam que com o regime de Vargas e o advento do Estado Novo em 1937, o Estado passou a utilizar uma abordagem de repressão muito mais

institucionalizada, ou seja, não se tratava apenas de reprimir fisicamente os trabalhadores, mas também de influenciar suas mentalidades, levando-os a acreditar que suas condições de vida eram o resultado de suas escolhas individuais.

Conforme destacado por Iamamoto e Carvalho (2005), as primeiras escolas de Serviço Social no Brasil foram estabelecidas em resposta à crescente necessidade de organização da assistência diante das evidentes marcas de miséria e pobreza resultantes da expansão da exploração no modelo capitalista de produção. Isto como uma reação da Igreja Católica que visava

recuperar os privilégios e prerrogativas perdidos com o fim do Império no Brasil. Dessa estratégia política e ideológica da Igreja Católica surgirá o Serviço Social como um departamento especializado da Ação Social, embasado nos preceitos e doutrinas cristãos (Silva, 2022, p. 86).

Sendo assim, é importante também trazer a análise de Yazbek (2009, p. 8), a qual assinala que

[...] a "questão social" é vista a partir do pensamento social da Igreja, como questão moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivenciam embora situados dentro de relações capitalistas. Trata-se de um enfoque conservador, individualista, psicologizante e moralizador da questão, que necessita para seu enfrentamento de uma pedagogia psicossocial, que encontrará, no Serviço Social, efetivas possibilidades de desenvolvimento.

Essa postura ideológica começa a passar por mudanças significativas quando os profissionais assumem posições remuneradas dentro da esfera estatal e começam a realizar ações que vão além dos princípios e diretrizes da Igreja Católica. Eles passam a receber remuneração por seus serviços, que são direcionados para atender às demandas dos trabalhadores. Isso faz com que esta categoria passe a constituir uma profissão remunerada que trabalha para realizar os objetivos estatais (Iamamoto, 2009).

Durante a década de 1940, o Estado assume o papel de regulador das relações sociais, intervindo na reprodução dessas relações para viabilizar a acumulação capitalista e, ao mesmo tempo, atender às necessidades das classes mais pobres. Sendo assim, começaram a surgir instituições assistenciais, abrindo espaço para atuação da emergente profissão do serviço social, que

[...] inscreve o assistente social em uma relação de assalariamento e o integra ao mercado de trabalho como um dos agentes responsáveis pela execução de políticas engendradas no âmbito do Estado e voltadas ao atendimento de sequelas da 'questão social', vai conferir um caráter não liberal ao exercício profissional (Yazbek, 2009, p. 11).

É neste contexto que, em 1957, é promulgada a Lei que regulamenta a profissão. Porém, é importante discutir sobre como, ao longo desse tempo, o objeto do serviço social “tem sido delimitado em virtude das conjunturas políticas e socioeconômicas do país, sempre se tendo em vista as perspectivas teóricas e ideológicas orientadoras da intervenção profissional” (Machado, 1999, p. 40). Sendo inicialmente, o objeto do serviço social era o homem (pobre da periferia), depois passa a ser a situação social desse homem, na década de 1970 passa a ser a transformação social até que “o objeto passou a ser definido como a questão social, ou as expressões da questão social” (Machado, 1999, p. 41).

No entanto, Trindade (2001) aponta que a profissão não estaria limitada apenas ao conhecimento teórico e metodológico que ela abrange, mas também à contínua evolução do profissional em busca de perspectivas claras que influenciem tanto sua prática diária quanto o panorama geral da sociedade. A combinação de uma abordagem teórica crítica com as ferramentas técnicas disponíveis é fundamental para fundamentar a atuação profissional:

[...] partimos da premissa de que a configuração das relações sócio-políticas desenvolvidas na base sócio-ocupacional do Serviço Social rebate no perfil dos instrumentos mobilizados pelos profissionais. Isto porque, à medida que se altera o perfil do mercado profissional de trabalho, as demandas se colocam sob novas condições, modificando as requisições profissionais. Consequentemente, como o instrumental técnico-operativo é acionado para potencializar as ações profissionais - voltadas ao atendimento dessas demandas e requisições - ele assume configurações diferenciadas à medida que muda a base sócio-ocupacional do Serviço Social (Trindade, 2001, p. 14).

A reflexão sobre como as relações sócio-políticas afetam a base sócio-ocupacional do Serviço Social e, por conseguinte, as demandas e requisitos profissionais é crucial. À medida que o perfil do mercado de trabalho se transforma, novas exigências surgem, o que requer uma constante atualização por parte dos profissionais. A compreensão de como o instrumental técnico-operativo se adapta a essas mudanças é fundamental para potencializar as ações profissionais em resposta às novas demandas da sociedade.

Sendo assim, quando analisamos o serviço social no contexto brasileiro, sua relação com a questão social, desigualdade, globalização e capitalismo contemporâneo, precisamos ter ciência que estamos enfrentando um tema bastante

amplo e complexo. Desta forma, é necessário entender qual o papel da profissão dentro das dinâmicas de reprodução social. Que significa

[...] a reprodução de determinado modo de vida, do cotidiano, de valores, de práticas culturais e políticas e do modo como se produzem as ideias nessa sociedade. Ideias que se expressam em práticas sociais, políticas, culturais, padrões de comportamento e que acabam por permear toda a trama de relações da sociedade (Yasbek, 2009, p. 03).

Nesse sentido, o conceito de reprodução social é fundamental para a compreensão da profissão na sociedade capitalista. Na perspectiva marxista tal conceito

[...] se refere ao modo como são produzidas e reproduzidas as relações sociais nesta sociedade. Nessa perspectiva, a reprodução das relações sociais é entendida como a reprodução da totalidade da vida social, o que engloba não apenas a reprodução da vida material e do modo de produção, mas também a reprodução espiritual da sociedade e das formas de consciência social através das quais o homem se posiciona na vida social (Yasbek, 2009, p. 03).

É neste contexto que discutir e entender o serviço social diante da questão social, exige considerar que estas

Condensam múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, mobilidades espaciais, formações regionais e disputas ambientais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural - enraizada na produção social contraposta à apropriação privada do trabalho -, a 'questão social' atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania, no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos (Iamamoto, 2018, p. 72).

Sendo assim, entendemos que o serviço social e toda a base teórica de conhecimento que a permeia são consequência direta do contexto cultural e social, ou seja, é impossível que o profissional de serviço social trabalhe sem entender o contexto que ele está inserido. Então, os desafios que estão inseridos no dia a dia do trabalho do profissional do serviço social estão intimamente ligados às questões enfrentadas por outros trabalhadores que também lidam com a reversão de direitos conquistados nesse contexto de reestruturação do sistema capitalista. Analisando assim, observa-se que

[...] as exigências impostas pelos distintos empregadores, no quadro da organização social e técnica do trabalho, também materializam requisições, estabelecem funções e atribuições, impõem regulamentações específicas ao trabalho a ser empreendido no âmbito do trabalho coletivo, além de normas contratuais (salário, jornada, entre outras), que condicionam o conteúdo do trabalho realizado e estabelecem limites e possibilidades à realização dos propósitos profissionais (Iamamoto, 2009, p. 39).

Em vários ambientes profissionais, atuando como trabalhadores assalariados, os assistentes sociais brasileiros enfrentam profundas transformações nas políticas sociais, inclusive medidas que sugerem sua extinção. Compreender como esse trabalho se desenrola em um contexto de abordagem neoliberal é encarar o desafio de construir direitos em tempos difíceis. Esses direitos, que são públicos e visam à universalidade, englobam os interesses coletivos da classe social e requerem visibilidade pública, transparência, controle social, participação e democratização, mas estão enfrentando ameaças significativas.

3 AS POLÍTICAS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE E A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

Cavalcante (2009), em sua pesquisa de dissertação, aponta que há uma série de desafios a serem enfrentados pelo assistente social na contemporaneidade. A heterogeneidade das políticas sociais capitalistas tem levado a uma realidade em que muitos cidadãos enfrentam dificuldades crescentes para acessar serviços essenciais, enquanto os mais vulneráveis são frequentemente deixados à margem do sistema.

Nesse contexto, os profissionais do serviço social trabalham na linha de frente para mitigar os efeitos da precarização das políticas sociais. Eles atuam como mediadores entre as políticas estatais e a população. No entanto, é importante reconhecer que os desafios enfrentados pelos assistentes sociais são significativos. Sendo assim, o fazer profissional “deverá, portanto, ser aprofundado e defendido no sentido de instrumentalizar a profissão a responder criticamente aos desafios da atualidade” (Nascimento e Horst, 2019, p. 57)

A falta de recursos, a sobrecarga de demandas e a constante pressão para lidar com situações de emergência podem impactar a qualidade do trabalho que realizam. Além disso, a própria precarização das políticas sociais coloca em risco a estabilidade desses profissionais, muitas vezes sujeitos a contratos temporários e condições de trabalho precárias.

Sendo assim, este capítulo discute a precarização das políticas sociais na contemporaneidade, destacando a predominância do capital financeiro no atual momento do capitalismo, o que resulta em baixo crescimento econômico, altas taxas de desemprego e redução dos investimentos. Esse contexto leva à mercantilização das políticas sociais, com foco na privatização e descentralização, restringindo o acesso e os direitos sociais.

As mudanças nas políticas sociais incluem a transformação da questão social, expansão da participação da iniciativa privada em setores como saúde e previdência, além da diminuição da responsabilidade do Estado e transferência de ações assistenciais para organizações do terceiro setor. Isso resulta em políticas pontuais e compensatórias, distantes do ideal de redistribuição de renda

A precarização das políticas sociais tem como fundamento o contexto de crise estrutural do capital e está alicerçada no conjunto de medidas implementadas pelo Estado, com viés neoliberal de corte dos gastos públicos na área social e utilização de sua fonte de financiamento para o fortalecimento da lógica do capital financeiro de característica especulativa e predatória (Santos, 2023, p. 9)

No contexto da precarização das políticas sociais, os profissionais de Serviço Social enfrentam desafios como contratações temporárias, baixos salários, jornadas excessivas e condições inadequadas de trabalho. A terceirização da responsabilidade do Estado para organizações não governamentais aumenta a fragilidade do exercício profissional, afetando a autonomia e qualidade do atendimento. É neste contexto que:

[...] a crítica nos ajuda a desvelar os nexos causais mais intrínsecos entre as demandas emergentes, as respostas institucionais, a precarização dos serviços e condições de trabalho e a atual dinâmica de funcionamento do capitalismo brasileiro (Nascimento e Horst, 2019, p. 58).

Apesar desses desafios, os assistentes sociais desempenham um papel crucial na sociedade, mas a degradação das políticas sociais repercute negativamente em seu cenário profissional, comprometendo a qualidade dos serviços oferecidos.

3.1 A precarização das políticas sociais na contemporaneidade

O Estado, dentro de uma sociedade capitalista, tende a sempre adotar uma postura que diminua a sua responsabilidade perante a população. Neste contexto, o aspecto inovador do atual momento do capitalismo é a predominância do capital financeiro², que tem como resultado um baixo crescimento econômico e em investimentos reduzidos, levando a uma convivência com altas taxas de desemprego que afetam milhões de trabalhadores em todo o mundo. Conforme aponta Santos (2023)

2 Segundo a visão de Hilferding (1985, p. 283), “O capital financeiro significa a uniformização do capital. Os setores do capital industrial, comercial e bancário, antes separados, encontram-se agora sob a direção comum das altas finanças, na qual estão reunidos, em estreita união pessoal, os senhores da indústria e dos bancos”.

[...] na contemporaneidade, as políticas sociais direcionadas pelas ações neoliberais (diante da crise estrutural do capital) passam a ser desenvolvidas sob a lógica da descentralização das ações, sem o necessário repasse dos recursos; são focalizadas na extrema pobreza, com a exigência de uma seletividade em detrimento da universalidade dos serviços; têm um caráter assistencialista, encobrindo a garantia do direito social; e abrem espaço para a mercantilização dos serviços sociais, diante da falta de acesso a elas no âmbito público (Santos, 2023, p. 7).

O capital financeiro, sob a forma de capital fictício³, não tem interesse na manutenção de políticas sociais. Isso ocorre porque sua rentabilidade não deriva do trabalho. Esse tipo de capital atua principalmente na esfera da circulação e não possui uma relação direta com as atividades industriais ou comerciais. Isso implica que o capitalismo contemporâneo não possui perspectivas de estabelecer uma situação de efetiva geração de emprego e renda para a população. Assim sendo,

[...] o lugar das políticas sociais está em um 'Não Lugar', pois não faz parte da agenda desse tipo de capital. Não se trata de dizer que elas não são prioritárias e sim que elas não interessam ao capital. Ao contrário, elas são vistas como um obstáculo ao pleno desenvolvimento de sua vocação: fazer dinheiro sem se dar ao trabalho de organizar a produção. O único interesse que esse tipo de capital tem em relação às políticas sociais é na transformação dos sistemas públicos de aposentadoria (de repartição) em sistemas privados, de capitalização, como forma de amealhar mais recursos para suas atividades especulativas (Marques, 2015, p. 08).

Conforme discutido por Behring e Boschetti (2017), esse cenário tem levado a uma crescente mercantilização das políticas sociais, ocorrendo em um contexto de redução dos direitos sociais e trabalhistas. Isso acontece dentro de uma estrutura tributária altamente agressiva, na qual os indivíduos de menor renda são os que mais contribuem em termos proporcionais com impostos sobre o consumo. Dessa forma, os programas sociais na lógica neoliberal se caracterizam pela articulação do trinômio

[...] da focalização, privatização e descentralização. Assim, trata-se de desuniversalizar e assistencializar as ações, cortando os gastos sociais e contribuindo para o equilíbrio financeiro do setor público. Uma política social residual que soluciona apenas o que não pode ser enfrentado pela via do mercado, da comunidade e da família (Behring, 2009, p. 14).

3 Segundo Palludeto e Rossi (2018, p. 01), "o termo capital fictício é utilizado com referência às ações, títulos de dívida e outras modalidades de títulos financeiros".

Santos (2023) aponta ainda que diversos segmentos das políticas sociais são afetados: os cortes de financiamento têm um impacto significativo na entrega de serviços de alta qualidade na área da saúde, resultando em uma grande parcela da população recorrendo a planos de saúde privados e serviços particulares. No campo previdenciário, as reformas implementadas alteraram as condições de acesso aos benefícios tanto para os funcionários públicos quanto para os trabalhadores do setor privado, movendo em direção a um sistema de capitalização que incentiva a procura por serviços de previdência complementar privada. No âmbito da assistência social, as ações direcionadas priorizam os programas de transferência de renda, que representam menos ônus para os recursos públicos.

A partir de 2016, podemos observar uma nova guinada com um aprofundamento da orientação neoliberal nas políticas sociais no Brasil, caracterizada por um tom cada vez mais conservador. Como exemplo, podemos trazer a pesquisa de Jucimeri Isolda Silveira (2017), que examinou as mudanças relacionadas ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A autora discute a Emenda Constitucional nº 95⁴ e a implementação do programa Criança Feliz, que foi criado em 2016, autora afirma:

O Programa Criança Feliz ganhou maior centralidade e difusão nacional, e expressa um risco ao Suas, especialmente pelos seguintes aspectos: contratação de visitadores sociais de forma precarizada, mediante terceirização, com forte tendência de reprodução de conteúdo e práticas conservadoras, com efeitos moralizantes da questão social (Silveira, 2017, p. 501).

Ou seja, as mudanças nas configurações das políticas sociais no contexto neoliberal acarretam uma transformação na questão social. Essas mudanças, de certa forma, reforçam a natureza fragmentada e a tendência à desuniversalização das políticas sociais.

Outro exemplo é o que vem acontecendo na área da saúde, onde observamos a expansão da participação da iniciativa privada por meio dos planos de saúde e a transferência de atividades que eram administradas e financiadas pelo Estado para organizações sociais. No que diz respeito à previdência, as reformas implementadas pelos governos mais recentes têm desmantelado direitos e

4 Estabeleceu o Novo Regime Fiscal, formalizando medidas de austeridade, implementado como um mecanismo de controle das finanças públicas, que resultou na redução do orçamento destinado a políticas sociais que são fundamentais para o modelo de proteção social brasileiro.

incentivado o crescimento da previdência privada. Além disso, instituições bancárias passaram a ser remuneradas para intermediar os pagamentos de aposentadorias e benefícios previdenciários. No âmbito da assistência social, tem havido uma diminuição da responsabilidade do Estado por meio da transferência de ações assistenciais para organizações do terceiro setor

Além disso, as medidas de ajuste fiscal⁵ adotadas pelo Estado ao longo da última década resultaram na limitação das políticas sociais a uma parte da população, com poucas perspectivas de melhorias a longo prazo na área social. Sendo assim, existe um retrocesso quando as políticas sociais são restringidas e sua implementação é frequentemente delegada a organizações não governamentais, e em alguns casos, são até privatizadas. Outro aspecto é que

[...] na 'reforma' do Estado foi o Programa de Publicização, que se expressou na criação das agências executivas e das organizações sociais, bem como da regulamentação do terceiro setor para a execução de políticas públicas. Esta última estabeleceu um Termo de Parceria com ONGs e Instituições Filantrópicas para a implementação das políticas. A essa nova arquitetura institucional na área social — sempre ignorando o conceito constitucional de seguridade — se combinou o serviço voluntário, o qual desprofissionalizava a intervenção nessas áreas, remetendo-as ao mundo da solidariedade, da realização do bem comum pelos indivíduos, através de um trabalho voluntário não-remunerado (Behring; Boschetti, 2017, p. 213).

Este fenômeno também se dá porque as políticas sociais estão sujeitas à influência dos credores internacionais, o que aumenta a pressão sobre o Estado para atenuar as tensões sociais. Além disso, a restrição de recursos não ocorre apenas devido à redução do orçamento causada pela crise, mas também devido às prioridades definidas pelo governo. Assim,

Parcelas importantes da arrecadação de receitas que deveriam ser utilizadas nessas políticas sociais, e poderiam ampliar a sua abrangência, são retidas pelo orçamento fiscal da União e destinadas para o *superávit* primário. No capitalismo contemporâneo, particularmente no caso brasileiro, ocorre uma apropriação dos fundos públicos vinculados à seguridade social para valorização e acumulação do capital vinculado à dívida pública (Salvador, 2010, p. 28).

A lógica do capitalismo contemporâneo cria tensões nos padrões de proteção social por meio de estratégias voltadas para a extração de superlucros. Esse mecanismo inclui a flexibilização do trabalho como forma de reduzir os encargos sociais e previdenciários, a supercapitalização que transforma serviços públicos em

5 Estratégia de corte de gastos públicos com objetivo de equilibrar a economia nacional.

commodities mercantilizadas. Sendo assim, a tendência é a redução dos direitos sociais sob o argumento de uma suposta crise fiscal, “transformando as políticas sociais em ações pontuais e compensatórias” (Behring, 2008, p. 248).

É importante também mencionar que, o dismantelamento da proteção social observado em todo o mundo não ocorre de maneira única, além do que a capacidade de luta e resistência desses trabalhadores tem impacto direto na relação da população com as políticas sociais, onde:

[...] expressando a capacidade de luta e resistência desses trabalhadores, mas também de quanto as políticas sociais são sentidas como parte constitutiva das sociedades em questão, isto é, o quanto estão integradas ao sentimento médio de pertencimento a uma sociedade. É isso que explica, por exemplo, a convivência do avanço da privatização no campo da aposentadoria em países da América Latina com a manutenção de sistemas públicos em países europeus, mesmo que esses tenham sido enfraquecidos na sua capacidade de garantir uma adequada renda de substituição ao salário (Marques, 2018, p122).

Essas práticas colocam sérias restrições nas políticas sociais e nos levam a questionar a alegação de que essas políticas têm realmente promovido a redistribuição de renda no país, uma vez que a concentração de renda sinaliza resultados negativos. Então ressalta-se que

[...] não há nada similar entre as reformas que foram defendidas no âmbito da esquerda (ainda que tivessem sido apontadas como limitadas, sob o ponto de vista da tática-estratégica de tomada de poder pela classe trabalhadora), com a atual orientação conservadora das “reformas” conduzidas pelo Estado brasileiro. No atual contexto, o termo reforma é resignificado na condição de responder às necessidades do capital de restringir os gastos sociais, de restringir o acesso da classe trabalhadora aos serviços sociais, de implementar políticas de austeridade fiscal. Ou seja, suprimir os parcos direitos conquistados pela classe trabalhadora, inscritos na Constituição Federal de 1988 (Nascimento e Horst, 2019, p. 58).

Sendo assim, emerge uma questão crucial: até que ponto as reformas atuais estão de fato promovendo a redistribuição de renda, conforme almejado, ou estão, na verdade, contribuindo para a concentração ainda maior de renda?

3.2 O serviço social e atuação profissional no contexto de precarização das políticas sociais

A apropriação da riqueza produzida pela sociedade é um ponto de conflito entre as diferentes classes sociais. Nesse contexto, o sistema capitalista busca constantemente acumular mais capital, o que contribui para a polarização entre as classes e intensifica os conflitos existentes. Para gerenciar esse processo e garantir a manutenção da ordem social, bem como a reprodução dessa ordem e o controle dos conflitos, o Estado burguês recorre a profissionais especializados. Dessa forma, como vimos “o Serviço Social ocupa seu espaço na divisão social e técnica do trabalho, ao lado de outras profissões, participando da tarefa de implementação de condições necessárias ao processo de reprodução social” (Trindade, 2001, p. 02).

Neste contexto, no qual Serviço Social acompanha a expansão das ações promovidas pelo Estado brasileiro, a fragmentação das políticas públicas se torna ponto sensível, pois ela envolve a implementação de políticas sociais de maneira setorial, focalizada e sem uma abordagem integrada que leve em consideração as diversas dimensões da vida dos indivíduos. Isso significa que as políticas sociais muitas vezes abordam apenas aspectos específicos da vida das pessoas, em vez de adotar uma abordagem mais abrangente e integrada. É neste processo que os profissionais do Serviço Social encaram desafios ao desenvolver ações onde há, além dessa fragmentação, relações de trabalho instáveis, refletindo numa diminuição da atenção às diversas manifestações da questão social.

Conforme destacado por Iamamoto (2018), o Estado neoliberal, ao reduzir sua responsabilidade na esfera social, transfere essa responsabilidade para a sociedade civil por meio de parcerias entre o Estado e organizações não-governamentais, como o chamado terceiro setor. Isso representa uma forma de terceirização da responsabilidade do Estado em relação à sociedade.

Nesse contexto, os profissionais do serviço social enfrentam diversos desafios, incluindo contratações temporárias, a necessidade de trabalhar em múltiplos empregos para garantir sua sobrevivência, jornadas de trabalho excessivas, baixos salários, condições inadequadas para a realização do trabalho e desgaste físico e psicológico, entre outros. Portanto,

Não obstante os avanços da profissão na ausência de um projeto profissional crítico que vise romper com o tradicionalismo das práticas profissionais, ficam muito limitadas às possibilidades de diferenciação entre o exercício profissional e a prática filantrópica, assistencialista, voluntarista (Guerra, 2007, p. 11)

Consequentemente, o exercício profissional do assistente social torna-se precário e sujeito a numerosos obstáculos. Dentre eles,

Sobre a autonomia profissional, o desenvolvimento do pensamento social crítico e a postulação de que a profissão se insere na divisão sociotécnica permitiram o avanço no debate relacionado à condição do assistente social como trabalhador assalariado. Tal condição impõe limites à condução de seu trabalho e, consequentemente, à implementação do projeto profissional, confirmando sua relativa autonomia, que é condicionada pelas lutas travadas na sociedade entre os diferentes projetos societários (Miotto e Nogueira, 2013, p. 65).

Abre-se então um amplo espaço para a contratação de trabalhadores temporários e para a terceirização. Atualmente, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), é comum encontrar assistentes sociais, na maioria dos casos, empregados sob contratos temporários e terceirizados. Com isso,

Para os profissionais que atuam no setor público estatal impõem-se grandes limites ao exercício profissional, na medida em que ocorre um processo de fragilização das condições institucionais para a ação profissional, marcado pela precarização da estrutura institucional – recursos humanos e recursos materiais e financeiros, além de alguma redução no campo de atuação (Trindade, 2014, p. 31-32).

Isso gera insegurança e incerteza para esses profissionais, já que não têm estabilidade financeira e trabalhista, podendo ser substituídos a qualquer momento por outros profissionais que fazem parte do chamado “exército de reserva”. Isso abre espaço para uma maior rotatividade de profissionais, o que por sua vez impossibilita a continuidade das ações e leva ao rompimento dos vínculos entre os trabalhadores e os usuários.

Além disso, as ações profissionais se tornam frágeis, superficiais, mecanizadas, repetitivas e focadas no curto prazo, o que vai contra o projeto ético-político da profissão. Portanto,

Cada vez mais se observa os assistentes sociais envolvidos nas tarefas de alimentação dos sistemas de informações e no desenvolvimento de ações prescritas no nível da administração central e menos concentrados na realização de um processo interventivo que busque responder às necessidades postas pelos seus usuários no contexto das realidades locais (Miotto e Nogueira, 2013, p. 66).

A submissão a essas condições de trabalho resulta na drástica redução da autonomia dos profissionais, afetando tanto seu desempenho no trabalho e a qualidade do atendimento às demandas quanto sua vida pessoal.

A precarização das políticas sociais desempenha um papel significativo e direto no desenvolvimento do trabalho do profissional do serviço social. As políticas públicas, que foram conquistadas pelo povo, frequentemente são reduzidas à ideia de ações de caridade social, e o assistente social é muitas vezes percebido como o principal intermediário e facilitador do acesso da população aos programas e serviços sociais. Assim sendo,

O assistente social é visto como aquele profissional que 'faz', derivando daí várias implicações. Nessa perspectiva, a profissão é vista como técnica ou tecnologia social colocada para a administração da pobreza e, supostamente, para mediatizar e/ou controlar os 'conflitos sociais' (Guerra, 2016, p. 91).

De acordo com Raichelis e Lima (2010) sobre as características específicas do trabalho desempenhado pelo assistente social em várias áreas ocupacionais, dentro do contexto do SUAS, ela destaca os efeitos das transformações que afetam o trabalho assalariado na sociedade contemporânea. Isso coloca a atividade profissional diante dos desafios da alienação. A autora enfatiza que essa dinâmica social afeta diversas profissões, incluindo o serviço social, que encontra nas políticas sociais um campo crucial para sua atuação.

A crescente ênfase no modelo de gestão que prioriza a lógica de mercado, tem introduzido uma racionalidade instrumental no trabalho dentro dos serviços. Isso tem levado à redução dos aspectos reflexivos e criativos do trabalho, esvaziando sua profundidade e conteúdo. Sobre isso Hora (2019, p. 304) analisa que:

Em relação ao SUAS, diferentes estudos vêm sinalizando um processo de terceirização, juntamente com a flexibilização e a precarização das formas de contratação de trabalhadores nessa área. Mesmo com a NOB-RH/SUAS definindo responsabilidades e atribuições aos gestores da política nas três esferas de governo – no que diz respeito à estruturação do trabalho, com equipes permanentes de profissionais de referências; de planos anuais de capacitação e da necessidade de assegurar recursos para promoção de concursos públicos, estudos, pesquisas e orçamento que garantam condições de trabalho e remuneração adequadas aos trabalhadores; além do investimento na implantação de plano de capacitação, de isonomia e do estabelecimento de parceria com o poder público enquanto estratégia para a garantia da qualidade dos serviços ofertados aos usuários –, percebe-se, ainda, a conformação da lógica das terceirizações, com o crescimento do trabalho desprotegido na prestação dos serviços socioassistenciais.

Nesse contexto, as manifestações da fragilidade das políticas sociais acabam afetando a rotina do assistente social, que, nos variados ambientes de trabalho

social, precisa fazer escolhas de forma seletiva, dado o aumento das demandas dos usuários, que se tornaram mais complexas devido às condições de vida cada vez mais desafiadoras. Isso acontece em um cenário de recursos inadequados para atender às necessidades reais. Diante dessa reconfiguração de seu trabalho profissional sob a influência do paradigma neoliberal, caracterizado pela precariedade e flexibilidade, o profissional se vê diante da frustração de não poder garantir efetivamente os direitos de seus usuários (Cavalcante, 2009).

A degradação da proteção social no Brasil diante do ressurgimento do projeto neoliberal no país, aponta para uma progressiva redução das políticas sociais, levando-a a níveis semelhantes aos observados na década de 1990, quando sua presença era extremamente limitada.

Sendo assim, a autora nos diz que, mesmo com a expansão do mercado de trabalho para assistentes sociais, especialmente no setor público, os profissionais enfrentam condições de trabalho cada vez mais precárias devido às circunstâncias às quais são submetidos e aos serviços públicos deficientes encontrados em todas as esferas do governo. Nesse aspecto,

[...] cabe a este profissional desenvolver uma prática de atendimento baseado no critério de seletividade, tendo em vista que ele convive em um cenário de contradição, representado pelo aumento da demanda dos usuários devido ao agravamento das condições de vida e aos limites colocados pelos recursos que são disponibilizados pelas prestadoras dos serviços sociais públicos (Cavalcante, 2010, p.16).

Nesse contexto desafiador, os assistentes sociais enfrentam uma série de dilemas éticos e práticos. Além disso, a precarização das políticas sociais e das condições de trabalho dos assistentes sociais pode afetar a qualidade dos serviços prestados. A sobrecarga de trabalho, a falta de capacitação adequada e a constante pressão por resultados podem comprometer a capacidade dos profissionais de atender às necessidades complexas e diversificadas da população. Desse modo,

a necessidade de atuação dos assistentes sociais nesse contexto social, motivada pela intensificação da precarização do trabalho - especialmente no Brasil que não consolidou os parâmetros de proteção social ao trabalho, está repleta de elementos de precarização, a começar pela condição assalariada desse profissional e pelas condições concretas dos serviços sociais nos quais se efetiva essa atuação (CAVALCANTE, 2009, p. 109).

Contudo, conforme as políticas sociais sofrem degradação, isso inevitavelmente repercute no cenário profissional do assistente social, impactando

sua condição como trabalhador. No entanto, “a falta de preparo teórico e técnico fragiliza a formação de uma consciência politicamente crítica, motivando a busca por respostas pragmáticas, imediatistas, aparentemente uteis” (Nascimento e Horst, 2019, p. 60). Isso também, e de maneira significativa, se reflete na qualidade dos serviços oferecidos aos beneficiários das políticas sociais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analizamos nesse texto que a recente abordagem das políticas sociais no contexto neoliberal seguiu o rumo da privatização e da descentralização, interpretada como uma diminuição da responsabilidade do Estado, apesar das conquistas constitucionais de 1988. Sendo assim, a profissão de serviço social, que atua diretamente nas manifestações da questão social por meio das políticas sociais, também é impactada pela tendência neoliberal. Isso se reflete em sua formação profissional, na prática profissional e nas condições de trabalho, tanto como um trabalhador assalariado quanto como um beneficiário das políticas sociais. Nesse sentido, observamos que os profissionais de Serviço Social não estão imunes aos desafios do Estado Burguês e enfrentam novas determinações em seus ambientes de trabalho.

Neste contexto, é incumbência dos assistentes sociais desenvolver respostas embasadas em pesquisas e análises relacionadas à sua prática e à realidade que enfrentam diariamente. Os resultados dessas investigações devem contribuir para enriquecer o debate no âmbito da sua profissão, bem como promover a interdisciplinaridade.

Além disso, a precarização das políticas sociais na contemporaneidade representa um desafio significativo para o serviço social no Brasil. Sendo assim, é essencial que continue a defender políticas sociais mais sólidas e justas. Consequentemente, a fim de lidar com todas as manifestações de exploração e disparidade que temos experimentado, é necessário se se opor de forma explícita às investidas dos governos que adotam políticas neoliberais, uma vez que tais ações contribuem para a intensificação dos desafios ligados à questão social em nosso país.

Na nossa perspectiva, é fundamental fortalecer parcerias com profissionais de outras áreas, organizações representativas, fóruns que se dediquem a políticas e coordenação de trabalhadores, bem como movimentos sociais. Isso permitirá que as necessidades e interesses desses grupos sejam destacados e recebam reconhecimento na esfera pública.

Os desafios presentes demandam que os assistentes sociais redefinam suas funções, levando em consideração não apenas sua participação na provisão de

serviços sociais de qualidade por meio de políticas sociais públicas, o que se traduz na contribuição para a subsistência material dos indivíduos, mas também sua função educativa. Essa dimensão educativa influencia a cultura das classes desfavorecidas, impactando suas perspectivas sobre a vida, seu modo de viver e suas experiências. Isso, por sua vez, fortalece o aspecto coletivo das lutas sociais.

Por fim, analisamos que o serviço social desempenha um papel vital na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, e a compreensão das dinâmicas atuais é essencial para orientar esforços futuros na busca desse objetivo. Assim, o desafio que se coloca para o serviço social é o de, diante da precarização das políticas sociais, manter seu compromisso com a justiça social e a defesa dos direitos humanos, adaptando-se e inovando em resposta às complexas demandas da contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

- ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Serviço Social e questão social na globalização. **Serviço Social & Realidade**, p. 102-124, 2008. Disponível em: <https://seer.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/6>. Acesso em: 08 mar. 2024.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos de política social. **Serviço social e saúde**: Formação e trabalho profissional. OPAS/ABEPSS, p. 1-27, 2006.
- BEHRING, Elaine Rossetti. Política social no contexto da crise capitalista. **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, v. 1, p. 301-322, 2009.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanetti. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2017.
- CAVALCANTE, Girlene Maria Mátis. **A precarização do trabalho e das políticas sociais na sociedade capitalista**: Fundamentos da precarização do trabalho do assistente social. 2009. 116 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.
- GUERRA, Yolanda. O projeto profissional crítico: estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. In: **Serviço Social e Sociedade**. Nº 91, Cortez editora. 2007.
- GUERRA, Yolanda. Transformações societárias, Serviço Social e cultura profissional: mediações sócio-históricas e ético-políticas. **Cenários, contradições e pelejas do serviço social brasileiro**, v. 1, 2016.
- HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HORA, Senir Santos da. **A crise estrutural do capital e suas implicações nas condições e relações de trabalho do (a) assistente social no SUAS**. 2019. 389 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- IAMAMOTO, Marilda. **O serviço social na cena contemporânea**. In: CFESS/ABEPSS (Org.). *Direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- IAMAMOTO, Marilda. **Serviço social, “questão social” e trabalho em tempo de capital fetiche**. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (orgs.) *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. Cortez Editora, 2005.

MACHADO, Ednéia Maria. Questão social: objeto do serviço social. **Serviço social em revista**. Londrina, v. 2, n. 2, p. 39-47, 1999. Disponível em: <http://uel.br/revistas/ssrevista/n1v2.pdf#page=39>. Acesso em: 08 mar. 2024.

MACHADO, Ednéia Maria; KYOSEN, Renato Oikawa. Política e política social. **Serviço social em Revista**, v. 3, n. 1, jul/dez 2000. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/n1v3.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2024.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARQUES, Rosa Maria. **O capitalismo financeiro e as políticas sociais**: a nova face da contemporaneidade. In: RAICHELIS, R; VICENTE, D; ALBURQUEQUE, V. (org.) *A Nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018.p.108-125.

MARQUES, Rosa Maria. O lugar das políticas sociais no capitalismo contemporâneo. **Argumentum**, v. 7, n. 2, p. 7-21, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5297998>. Acesso em: 04 mar. 2024.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. **Revista Katálisis**, v. 16, p. 61-71, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HC4Drwd89pyhpRb8fK3cr4S/>. Acesso em: 08 mar. 2024.

NASCIMENTO, Clara Martins do; HORST, Claudio Henrique Miranda. O enfrentamento ao conservadorismo no Serviço Social a partir das campanhas do CFESS/CRESS. **Textos & Contextos**, Porto Alegre., v. 18, n. 1, p. 56-66, 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/33404>. Acesso em: 15 abr. 2024.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. **Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 3, 2001.

PALLUETO, Alex Wilhans Antonio; ROSSI, Pedro. **O capital fictício: revisitando uma categoria controversa**. Instituto de Economia, UNICAMP, 2018.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. A questão social e as transformações das políticas sociais: respostas do Estado e da sociedade civil. **Ser social**, n. 6, p. 119-132, 2000. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12852. Acesso em: 08 mar. 2024.

RAICHELIS, Raquel; LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. **O trabalho da equipe de profissionais do bolsa família**. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (org.). *O Bolsa Família: verso e reverso*. Campinas: Papel Social, 2016, p. 129-146.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milena da Silva. Crise estrutural e a precarização das políticas sociais brasileiras. **Anais do Encontro internacional e nacional de política social**, v. 1, n. 1, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/41189>. Acesso em: 15 abr. 2024.

SILVA, André Luciano. Serviço social internacional e ditaduras: notas sobre o surgimento e a institucionalização do serviço social no Brasil e na Espanha sob o contexto ditatorial. **Libertas**, v. 22, n. 1, p. 82-96, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/36934>. Acesso em: 08 mar. 2024.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. Assistência social em risco: conservadorismo e luta social por direitos. **Serviço Social & Sociedade**, p. 487-506, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/LWDC6jLtzyRtGBT3pPS4BGK/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 08 mar. 2024.

SOUZA, Cleverton Alves. O surgimento do serviço social na sociedade capitalista: reflexões sobre a inserção da/o assistente social na área da saúde. **Revista Serviço social em perspectiva**, v. 5, n. 1, p. 161-178, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/3382>. Acesso em: 06 mar. 2024.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. **Temporalis**, Brasília, n. 4, ano 2, jul./dez. 2001. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/65N06Bp3L00eI373q8j6.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2024.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. **O serviço social no Brasil**. In: FERRIZ, A. F. P. et al. *O curso de Serviço Social da UEPB: Elementos para uma análise histórica e teórico-metodológica*. Campina Grande-PB: EDUEPB, 2014.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. **Em torno do conceito de política social: notas introdutórias**. Rio de Janeiro, dez. 2002.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão**. In: ABEPSS: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 125-164.